



Anais da Assembléia

Nº 07

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 21 DE FEVEREIRO DE 1991

ANO XVII

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 4.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 21 DE FEVEREIRO DE 1991
(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Antônio Costenaro, Antônio Toti Colaço, Arlindo Troian, Artagão Mattos Leão, Carlos Simões, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Duílio Genari, Élio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Florisvaldo Fier, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, José Afonso Júnior, José Alves, José Colombino Grassano, José Durval Amaral, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Renato Adur e Valdir Rossoni (44). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Albino Corazza, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cleiton Crisóstomo, Cesar Silvestri, Djalma de Almeida Cesar, Edson Lino, José Artur Ricci, Luiz Antonio Setti e Severino Pessoa (10).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 004/91

Curitiba, 18 de fevereiro de 1991
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar e Vossa Excelência, para os fins constitucionais,

o incluso anteprojeto de lei que objetiva criar no Quadro de Pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, da Fundação Rádio e Televisão do Paraná, os empregos conforme especifica.

O Plano de lei ora submetido a essa augusta Casa consulta aos superiores interesses da Administração, eis que os empregos cuja criação é pretendida, serão destinados à TV Educativa que deles necessita não só para o pleno desenvolvimento de suas atividades, como também para o melhor atendimento às relevantes funções que a referida TV deverá prestar à comunidade.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.^o - Ficam criados no quadro de pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, da Fundação Rádio e Televisão do Paraná, empregos na forma do Anexo que integra a presente Lei.

Art. 2.^o - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO a que se refere o art. 1.^o.

QUANT.	NOME DO EMPREGO	NÍVEL
02	- Operador de Câmera de Estúdio	H-01
03	- Operador de Câmera Externa	H-01
04	- Operador de Controle Mestre	H-01
02	- Operador de Iluminação	H-01
02	- Operador de VT	H-01
02	- Operador de Imagem	H-01
02	- Operador de Transmissor	H-01
03	- Sonoplasta	H-01
02	- Editores de TV	H-01

Ofício:

OFÍCIO Nº 03

Curitiba, 20 de fevereiro de 1991.
Senhor Presidente.

Pelo presente solicitamos o processamento, nos termos regimentais, da questão de ordem levantada em Plenário pelo representante do Partido Socialista Brasileiro, com base na fundamentação em anexo.

Sala das Sessões, em 21.02.91
(a) PAULO MAIA.

Senhor Presidente.

No mais estrito cumprimento aos procedimentos internos desta Assembléia Legislativa invocamos o acatamento aos artigos 104 e seguinte da Resolução n° 159/90, de 28 de Dezembro de 1990, relativamente ao encaminhamento da questão de ordem levantada pelo Deputado signatário.

Efetivamente tal questão de ordem busca contemplar integração do representante do Partido Socialista Brasileiro à Comissão de Constituição e Justiça, em atenção ao cumprimento do artigo 31 e seu parágrafo único da já referida resolução.

Efetuada o cálculo de um total de 54 (cinquenta e quatro) Deputados a formular quociente em Comissão de 15 (quinze) integrantes o fator de cálculo resultante é 3.6 (três ponto seis). Porém, é descabido, na definição dos números de Deputados integrantes da Comissão, "arredondar" dízi-mas, a menor ou a maior, já num primeiro procedimento e sem a atenção ao parágrafo único do artigo 31, quando existem outros critérios mais consentâneos com a própria realidade da representação popular conquistada.

Efetivamente, o processo de composição indicado no "caput" do artigo 31 da Resolução n° 159/90 não contemplou o preenchimento dos lugares da CCJ, sendo devido a aplicação do disposto no parágrafo único do artigo citado.

O "arredondamento" a menor dos dízi-mos, como primeiro procedimento, sem contemplar a integração de todos os partidos possíveis a partir da leitura inicial do "caput" do artigo 31, exclui indevidamente o PSB da participação na CCJ; entretanto tal exclusão consubstancia-se em verdadeiro desrespeito àqueles cidadãos que tem no PSB seu mais legítimo representante. Indicado, portanto, que se efetive a representação em tal Comissão fundada na necessidade do preenchimento dos lugares com base nos número inteiros do quociente final, contemplando, porém antes a participação na ordem decrescente dos números de Deputados por Partido, com que o PSB tem seu lugar assegurado. Senão vejamos: PMDB (4); PRN (2); PFL (1); PDT (1); PSDB (1); PTB (1); PT (1); PL (1); e PSB (1). A partir daí é que se torna legítimo, e perfeitamente consentâneo à necessidade precedente de que se contemplem os partidos ainda não representados, a verificação de quais sejam as maiores frações detidas pelos partidos para contemplar o número de vagas restantes.

PMDB 4.4
PRN 2.7
PFL 1.6
PDT 1.6
PSDB 1.0
PTB 1.0

PT 1.0
PL 1.0
PSB 1.0

Soma dos números inteiros, contemplando a necessidade do preenchimentos com os partidos ainda não representados, seria de 13, quando então se partiria para a concessão das vagas restantes, em número de duas (2), que é a diferença para quinze (15), aos partidos detentores das maiores frações.

Indicações:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Vimos pelo presente informar a composição das Comissões Permanentes a que tem direito o Partido da Social Democracia Brasileira, conforme abaixo:

01 - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Titular: Deputado Hermas Eurides Brandão

Suplente: Deputado Alceu Antonio Swarowski

02 - COMISSÃO DE FINANÇAS

Titular: Deputado Alceu Antonio Swarowski

Suplente: Deputado Heinz Georg Herwing

03 - COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Titular: Deputado Heinz Georg Herwing

Suplente: Deputado Antônio Martins An-nibelli

04 - COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Titular: Deputado Antonio Toti Colaço Vaz

Suplente: Deputado Hermas Eurides Brandão

05 - COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO

Titular: Deputado Antonio Toti Colaço Vaz

Suplente: Deputado Heinz Georg Herwing

06 - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Titular: Deputado Alceu Antonio Swarowski

Suplente: Heinz Georg Herwing

07 - COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Titular: Deputado Hermas Eurides Brandão

Suplente: Heinz Georg Herwing

08 - COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Titular: Deputado Antônio Martins An-nibelli

Suplente: Alceu Antonio Swarowski

09 - COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

Titular: Deputado Antonio Toti Colaço Vaz

Suplente: Deputado Antônio Martins An-

nibelli

10 - COMISSÃO DE REDAÇÃO

Titular: Deputado Alceu Antonio Swarowski

Suplente: Deputado Hermas Eurides Brandão

11 - COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Titular: Deputado Antônio Martins Anibelli

Suplente: Deputado Alceu Antonio Swarowski

12 - COMISSÃO DE TURISMO

Titular: Deputado Heinz Georg Herwing

Suplente: Deputado Antonio Toti Colaço Vaz

13 - COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Titular: Deputado Heinz Georg Herwig

Suplente: Deputado Antônio Martins Anibelli

14 - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Titular: Deputado Antônio Martins Anibelli

Suplente: Hermas Eurides Brandão

Sendo o que se nos apresenta para o momento, aproveitamos a oportunidade para renovar protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Sala das Sessões, em 21.02.91

(a) HERMAS BRANDÃO

Líder do P.S.D.B.

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Cumprimentando-o, vimos pelo presente, informar a Vossa Excelência a composição das comissões permanentes desta Casa, dos membros integrantes do PRN.

1 - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA:

TITULARES

VALDIR ROSSONI

NELSON JUSTUS

MÁRIO BEZERRA

SUPLENTE

LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

ARLINDO TROIAN

LOURENÇO FREGONESE

2 - COMISSÃO DE FINANÇAS:

TITULAR

MÁRIO BEZERRA

SUPLENTE

NELSON JUSTUS

3 - COMISSÃO DE ORÇAMENTO:

TITULAR

NELSON JUSTUS

SUPLENTE

MÁRIO BEZERRA

4 - COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO:

TITULAR

ARLINDO TROIAN

SUPLENTE

VALDIR ROSSONI

5 - COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO:

TITULAR

LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

SUPLENTE

VALDIR ROSSONI

6 - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES:

TITULAR

MÁRIO BEZERRA

SUPLENTE

DOMINGOS FAUSTINO DE CARVALHO

7 - COMISSÃO DE TERRAS, IRRIGAÇÃO E COLONIZAÇÃO:

TITULAR

DOMINGOS FAUSTINO DE CARVALHO

SUPLENTE

ARLINDO TROIAN

8 - COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA:

TITULAR

LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

SUPLENTE

MÁRIO BEZERRA

9 - COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA:

TITULAR

DOMINGOS FAUSTINO DE CARVALHO

SUPLENTE

NELSON JUSTUS

10 - COMISSÃO DE REDAÇÃO:

TITULAR

LOURENÇO FREGONESE

SUPLENTE

NELSON JUSTUS

11 - COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS:

TITULAR

MÁRIO BEZERRA

SUPLENTE

DOMINGOS FAUSTINO DE CARVALHO

12 - COMISSÃO DE TURISMO:

TITULAR

LOURENÇO FREGONESE

MÉRCIO

SUPLENTE
NELSON JUSTUS

TITULAR
ANTÔNIO COSTENARO NETO

13 - COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE:

TITULAR
DOMINGOS FAUSTINO DE CARVALHO

SUPLENTE
VALDIR ROSSONI

14 - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA;

TITULAR
ARLINDO TROIAN

SUPLENTE
MÁRIO BEZERRA

Sem mais para o momento, aproveitamos o ensejo para reiterar protestos de elevada estima e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 21.02.91

(a) VALDIR ROSSONI
Líder do P.R.N.

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência com o propósito de encaminhar, conforme a relação em anexo, os nomes dos Parlamentares do Partido da Frente Liberal com as respectivas indicações para as Comissões desta Casa Legislativa.

Renovo meus protestos de estima e consideração.

Relação a que se refere o ofício n° 008/91 LIDPFL

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES
ANTÔNIO COSTENARO NETO
PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

SUPLENTES
NELSON GARCIA
ÉLIO LINO RUSCH

COMISSÃO DE FINANÇAS
TITULAR
NELSON GARCIA

SUPLENTE
BASÍLIO ZANUSSO

COMISSÃO DE ORÇAMENTO
TITULAR
NELSON GARCIA

SUPLENTE
PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E CO-

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO

TITULAR
ÉLIO LINO RUSCH

SUPLENTE
DUÍLIO GENARI

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

TITULAR
BASÍLIO ZANUSSO

SUPLENTE
DUÍLIO GENARI

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULAR
ANTÔNIO COSTENARO NETO

SUPLENTE
LUIS ANTONIO SETTI

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

TITULAR
DUÍLIO GENARI

SUPLENTE
ANTÔNIO COSTENARO NETO

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULAR
LUIS ANTONIO SETTI

SUPLENTE
NELSON GARCIA

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULAR
BASÍLIO ZANUSSO

SUPLENTE
LUIS ANTONIO SETTI

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULAR
LUIS ANTONIO SETTI

SUPLENTE
ÉLIO LINO RUSCH

COMISSÃO DE TURISMO

TITULAR
ÉLIO LINO RUSCH

SUPLENTE
ANTÔNIO COSTENARO NETO

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

TITULAR

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

SUPLENTE

NELSON GARCIA

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

TITULAR

DUILIO GENARI

SUPLENTE

BASÍLIO ZANUSSO

Sala das Sessões, em 21.02.91

(a) ANTÔNIO COSTENARO NETO

Líder do P.F.L.

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Vimos pelo presente, confirmar n/Ofício n° 004/91, com apenas alterações nos itens 2.11, 2.12 e 2.14, excluindo os Parlamentares que figuravam como titulares: Corazza, E. Belinatti e César Silvestre respectivamente, e considerar o nome do Deputado Cartário como titular das referidas comissões.

Em expediente seguinte, foram indicados como suplentes, de acordo com os itens na ordem seguinte:

ITEM

- 2.1 - Dep. César Silvestre e Cartário;
- 2.2 - Dep. Corazza;
- 2.3 - Dep. Cartário;
- 2.4 e 2.14 - Dep. César Silvestre;
- 2.5, 2.7 e 2.8 - Dep. Corazza;
- 2.9, 2.12 e 2.13 - Dep. Rafael Greca e
- 2.6, 2.10 e 2.11 - Dep. Emília Belinatti.

De acordo com o descrito acima, ficam definitivamente incluídos nas Comissões Permanentes da Casa, os Parlamentares que integram a Bancada do PDT, com seus titulares e suplentes.

No ensejo, aproveitamos da oportunidade para renovar os nossos protestos de estima e distinta consideração.

Sala das Comissões, em 21.02.91.

(a) GERALDO CARTÁRIO

Líder do PDT

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Vimos através do presente, comunicar a Vossa Excelência e demais membros da Mesa Executiva, a indicação do Deputado VALDIR ROSSONI como Líder da nossa Bancada do PRN, conforme entendimentos dos membros do Partido, abaixo relacionados:

ADEMAR LUIZ TRAIANO

ARLINDO ADELINO TROIAN

DOMINGOS FAUSTINO CARVALHO

JOSÉ ARTHUR RICCI

LOURENÇO FREGONESE

LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

MÁRIO BEZERRA GUIMARÃES

NELSON R. DE PLÁCIDO E S. JUSTUS

Sala das Sessões, em 21.02.91.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 100

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o registro em Ata da presente sessão, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. BENNO WEIRICH - pioneiro do município de Mal. Cândido Rondon, ocorrido em 20 de fevereiro de 1991.

Nascido em 05 de dezembro de 1925, na cidade de Estrela-RS, casado com a Sra. Alice Weirich, deixa os seguintes filhos: Ilo Darcy, Cláucia, Inês Charlotte, Pedro Oscar e Marcos José.

Benno Weirich foi pioneiro, chegando à então Vila Flórida, depois General Rondon e atualmente Marechal Cândido Rondon, em dezembro de 1949. Foi a primeira família chegada àquele núcleo de colonização.

Ao longo de sua existência, Benno Weirich prestou relevantes serviços à comunidade de Marechal Cândido Rondon. Foi fundador da Comunidade Evangélica Martin Luther King e presidente por muitos e muitos anos. Foi sócio-fundador de diversas entidades sociais e filantrópicas. Foi por muitos anos funcionário da Secretaria de Saúde do Estado do Paraná, como também diretor do Serviço de Água e Esgoto de Marechal Cândido Rondon.

O passamento do amigo, esposo dedicado, pai exemplar e destacado líder Benno Weirich, deixa profundamente consternado todo o povo rondonense, o qual lhe dedicava um carinho e admiração muito especial, em virtude de sua liderança e ideais altruísticos.

Desta decisão, requer ainda, seja dada ciência à família enlutada, no seguinte endereço: Rua D. João VI, 395, CEP. 85.960, Mal. Cândido Rondon - PR.

Sala das Sessões, em 21.02.91.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO N° 99

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviada cópia do expediente que deu origem a pronunciamento pela Liderança do Partido Democrático Trabalhista - PDT, em sessão plenária de hoje, a Sra. Ministra da Economia e equipe econômica.

Sala das Sessões, em 21.02.91.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Na condição de Líder da Bancada do PDT nesta Casa de Leis, fomos convocado pelas lideranças dos diretórios zonais e municipais, a fim de manifestar a posição política com referência o Plano Collor II e envio de cópia do mesmo expediente à equipe econômica do Governo Federal e demais segmentos da sociedade brasileira, da posição de nosso Partido.

REQUERIMENTO N° 103

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário Nacional da Habitação, Sr. Ramon Arnus Filho, solicitando a liberação de recursos financeiros, via convênio com o Município de Alto Piquiri, para a construção de 100 unidades habitacionais pelo Projeto Muritão.

Do aprovado, requer-se que se dê ciência ao ilustre Senhor Prefeito Municipal e ao Sr. Presidente da AMERIOS.

Sala das Sessões, em 21.02.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O déficit habitacional é sem dúvida alguma um dos maiores e mais crônicos problemas que enfrentam os administradores públicos, pois o inchaço das cidades causado pelo êxodo rural não é acompanhado pela construção de novas e mais moradias para as famílias de baixa renda. O programa do Governo Federal de construção de conjuntos habitacionais por mutirão tem sido uma das poucas, senão a única alternativa concreta para que famílias carentes possam realizar o sonho de ter um teto para se abrigar. O município encarecidamente solicita a realização desse convênio.

REQUERIMENTO N° 104

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Secretário da Justiça, Trabalho e Ação Social, Sr. Odeni Villaca Mongruel, no sentido de que seja viabilizado recursos financeiros para a Associação Batista de Umuarama.

Requer-se, outrossim, do aprovado, comunicação aos Excelentíssimos Srs. Prefeito Municipal e Secretário de Bem-Estar Social do Município.

Sala das Sessões, em 21.02.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A entidade em tela realiza um brilhante trabalho na assistência das famílias carentes de Umuarama, principalmente com as crianças, menores abandonados que pe-

rambulam pelas ruas da cidade, oferecendo a eles um abrigo e dentro das dificuldades flagrantes, alimentação e vestuário.

A Associação Batista pleiteia recursos para dar guarida a essa promoção e inclusive necessita construir um imóvel próprio, e para tanto, encaminhou expediente a essa Secretaria, o qual foi protocolado sob o n° 722808-2, memorando n° 414/90 de 03.07.90.

Ocorre que até o presente momento, não foi dada nenhuma satisfação do referido pedido, nem à entidade e nem à Secretaria Municipal.

REQUERIMENTO N° 105

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Sr. Dr. Alcení Guerra, DD. Ministro de Estado da Saúde, no sentido de que seja viabilizada a liberação de recursos financeiros, através de convênio com a Prefeitura Municipal, para a construção de um mini-hospital em Cafezal do Sul, Distrito de Iporã.

Sala das Sessões, em 21.02.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Cafezal do Sul, pertencente ao Município de Iporã, já recebeu sanção do Governador para a realização de eleições em 1992, constituindo-se em um dos mais novos municípios do Paraná, portanto necessitando de se preparar para dar conta de sua carga social e uma delas, pesadíssima que é a saúde.

O pedido, mais que justo, viria preencher uma lacuna, abrigando um grande contingente de doentes que no momento buscam auxílio em Umuarama ou Iporã.

REQUERIMENTO N° 106

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário Nacional da Habitação, Sr. Ramon Arnus Filho, solicitando a liberação de recursos financeiros, via convênio com o Município de Moreira Salles, para a construção de 100 unidades habitacionais pelo Projeto Mutirão.

Do aprovado, requer-se que se dê ciência ao ilustre Senhor Prefeito Municipal e ao Sr. Presidente da AMERIOS.

Sala das Sessões, em 21.02.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O déficit habitacional é sem dúvida alguma um dos maiores e mais crônicos problemas que enfrentam os administradores públicos, pois o inchaço das cidades cau-

sado pelo êxodo rural não é acompanhado pela construção de novas e mais moradias para as famílias de baixa renda. O programa do Governo Federal de construção de conjuntos habitacionais por mutirão tem sido uma das poucas senão a única alternativa concreta para que famílias carentes possam realizar o sonho de ter um teto para se abrigar. O município encarecidamente solicita a realização desse convênio.

REQUERIMENTO N° 107

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Secretário dos Transportes, Sr. Francisco Deliberador Neto, no sentido de que seja viabilizado recursos financeiros para o asfaltamento da estrada que liga o Município de Alto Piquiri ao Distrito de Jangada - Município de Iporã, num trecho de 6 km.

Sala das Sessões, em 21.02.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O referido pedido traz uma antiga reivindicação dos moradores da região que em épocas de chuvas vêem a safra agrícola apodrecer nas lavouras por não poderem retirar para comercializar em outros centros e em época de estiagem as crateras que se formam também causam grandes prejuízos para aqueles corajosos que resolvem transitar na estrada. Também essas famílias são prejudicadas no movimento de crianças para a escola, enfim, a pavimentação será o grande impulso para aquela região.

REQUERIMENTO N° 108

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Secretário dos Transportes, Sr. Francisco Deliberador Neto, no sentido de que seja viabilizada a construção do trevo de retorno de Perobal - junto à rodovia que liga Umuarama a Iporã.

Sala das Sessões, em 21.02.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O acesso ao Distrito de Perobal, em Umuarama, se faz atualmente por um contorno à margem da rodovia de muito risco aos usuários, e o movimento é intenso devido ao crescimento vertiginoso com que aquele distrito vem apresentando.

Merece, portanto, uma atenção urgente das autoridades estaduais, especialmente aquela ligada à área do transporte para sanar esse problema. A construção de um trevo bem sinalizado, impedirá que mais famílias pereçam quando transitam naquele

trecho.

REQUERIMENTO N° 109

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Secretário dos Transportes, Sr. Francisco Deliberador Neto, no sentido de que seja viabilizado recursos para a conclusão da pavimentação asfáltica do trecho Vila Alta a Porto Figueira, no Município de Umuarama.

Sala das Sessões, em 21.02.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Ligando a sede do Distrito de Vila Alta a Porto Figueira, a estrada de leito natural tem causado dificuldades para transitar os moradores, pois em épocas de precipitação pluviométrica intensa formam-se verdadeiros lamaçais impedindo a movimentação de veículos pesados, enquanto que na estiagem o arenito caiúá, componente presente na composição da terra daquela região, forma grandes crateras, encalhando principalmente os caminhões.

Boa parte da estrada já recebeu asfalto, restando um pequeno trecho, mas no entanto, por falta de verbas, foi interrompido.

A presente solicitação se reveste de caráter de urgência, para não se perder totalmente o que ali o Estado já investiu em terraplenagem, etc.

REQUERIMENTO N° 110

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Secretário dos Transportes, Sr. Francisco Deliberador Neto, no sentido de que seja viabilizado recursos financeiros para a pavimentação asfáltica do trecho entre Distrito de Santa Elisa em Umuarama ao Município de Icaraíma.

Sala das Sessões, em 21.02.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A ligação entre os municípios através de estrada em boas condições de trânsito é uma necessidade para o desenvolvimento destes, principalmente quando permutam entre si produtos e serviços que se complementam. O trecho em tela, de leito natural, não consegue permanecer em condições de tráfego durante o período de chuva e nem na época de estiagem, e portanto ocasiona grandes dificuldades aos moradores e como trata-se de reivindicação antiga, merece atenção por parte dos governantes.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o registro na Ata dos trabalhos da presente sessão legislativa, do editorial constante no jornal "A Folha de Londrina", do dia 21 do corrente mês, com o título "Salvar a Agricultura".

Do aprovado, solicita remessa da decisão da Casa de Leis, ao diretor-proprietário do referido periódico.

Sala das Sessões, em 21.02.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A matéria trata de um assunto sobre a campanha "Salve a Agricultura", lançada pelo Departamento Regional dos Trabalhadores Rurais e com oportunismo e propriedade toca num dos mais graves problemas que o País vem atravessando. O descaso e a falta de perspectiva com que o agricultor tem sido tratado e se encontra, gera urgente necessidade da sociedade brasileira em denunciar e exigir do Governo Federal, providências.

Diz com propriedade o editorialista deste importante e conceituado jornal paranaense "... que as autoridades comecem a perceber que a solução econômica está na produção agrícola e não na emissão de normas e leis para um mercado sem estrutura."

Mais adiante, mostra um fio de esperança, quando diz "... com a agricultura forte haverá o trabalho - no campo e na cidade - haverá comida, haverá fartura, o preço cai na real, a inflação se acaba e o Brasil, finalmente, começará a andar pelos caminhos certos."

REQUERIMENTO N° 97

Senhor Presidente.

MÁRIO BEZERRA GUILMARÊS, Deputado com assento nesta Casa de Leis, REQUER junto a Vossa Excelência, ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Doutor José Moacir Favetti, DD. Secretário de Estado da Segurança Pública, a fim de que o mesmo tome providências no sentido de criar uma Subdivisão Policial no Município de Cianorte.

JUSTIFICATIVA:

Cianorte é uma cidade de médio porte, sendo considerada, de fato, pólo de uma microrregião, composta pelos municípios de São Tomé, Japurá, Jussara, Indianópolis, Rondon, Cidade Gaúcha, Tapira, Tapejara e Tuneiras do Oeste. Apesar do vertiginoso crescimento comercial e industrial, alguns setores de Cianorte ainda carecem de incremento, como é o caso da Segurança Pública. Seqüestros, arrombamentos, quadrilhas organizadas, somados a várias outras modalidades criminosas, assolam aquela região há muitos anos.

A isso, somam-se as precárias instala-

ções da Delegacia de Polícia local. Como agravante, a região acha-se subordinada a Campo Mourão, distante 80 quilômetros.

A implantação da Subdivisão Policial em Cianorte tem caráter de urgência, pois que a situação econômica pela qual atravessamos, somada à impunidade reinante, mais o desaparecimento da Polícia, os delitos tendem a aumentar.

Sala das Sessões, em 21.02.91.

(a) MÁRIO BEZERRA

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 014/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, para que a população decida sobre a criação do Município de MATO RICO, desmembrado do município de PITANGA:

"Começa no marco de concreto PP-0, sito à margem direita do Rio Cantu com a foz do córrego do Peixe, seguindo por este até a sua nascente. Da nascente do córrego do Peixe por linha seca, medindo 638,00m e rumo de SO 53°00'NE até a nascente do Rio Juquiri, onde está cravado o marco n° 1. Do marco n° 1, por linha seca, com os seguintes rumos e medidas:

MARCO	DISTÂNCIA(M)	RUMO
1	1011,0	SO 58°26'NE
2	192,0	NO 45°49'SE (estrada para Mato Rico)
3	584,0	SO 54°46'NE
4	1465,0	SO 34°36'NE
5	287,0	NO 62°19'SE
6	110,3	SO 79°46'NE
MARCO	DISTÂNCIA	RUMO
INTERMEDIÁRIO		
	85,0	NO 88°44'SE
	60,0	NO 73°04'SE
	67,9	NO 88°18'SE
	77,6	NO 74°21'SE
	65,3	SO 88°24'NE
	221,8	NO 79°31'SE
7	1279,0	SO 42°05'NE
8	2535,0	SE 17°04'NO

chegando ao marco n° 9. Do marco n° 09, acompanhando um arroio, afluente do Arroio Água Bonita, com vários rumos e medidas, seguindo pelo mesmo até chegar a uma estrada, prosseguindo pela estrada até o seu encontro com o córrego Quarenta e Três, e desse, até o seu encontro com o Rio Palmital, divisando com o município de Roncador até seu encontro com a estrada Pitanga/Campo Mourão, seguindo pela mesma até seu encontro com o Rio Macacos, divisando sempre com o município de Roncador, e pelo Rio Macacos segue até a sua foz no

Rio Cantu; pelo Rio Cantu divisando com município de Palmital até a foz do córrego do Peixe, ponto de partida."

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.02.91.

(a) RENATO ADUR

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 020/91
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Governo do Estado do Paraná autorizado a expedir ao MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA título de domínio pleno do imóvel denominado "Botuquara", situado naquele município, com área de 6.826.336,00m² ou 282,08 alqueires, com a seguinte descrição: o ponto de partida da medição do imóvel ficou assinalado por um marco de cimento cravado junto à cerca de divisa, na confrontação com herdeiros de Manoel Rodrigues e Hélio Bruggemann de Campos; daí segue pela cerca de divisa, na confrontação com Hélio Bruggemann de Campos, ou os seguintes rumos e distâncias: 03°49'SO, com 114,10m; 59°26'SO, com 85,50m; 34°49'SO com 72,50m; 15°37'SO, com 103,00, 58°59'SO com 175,00m; 17°15'SO com 432,10m; 57°37'SO com 408,90m; 64°08'NO com 773,70m; 31°09'NO com 1.523,50m; 14°35'NO com 409,40; 30°45'NO com 1.297,70m e alcança o Rio Botuquara, na confrontação com Willi Anderson; daí segue cruzando o Rio Botuquara, pela cerca da faixa de estrada, com os seguintes rumos e distâncias: 03°51'NO com 28,10m; 09°12'NO com 68,20m, alcança o canto da cerca, na confrontação com a EMBRAPA; daí segue pela cerca de divisa, na referida confrontação com os seguintes rumos e distâncias: 21°30'NO com 72,30m; 02°32'NE com 1.306,40m e alcança a cerca de limite da faixa da estrada que liga Itaiacoca à BR-376; daí segue cruzando a referida faixa; daí segue pela cerca de divisa, na confrontação com a EMBRAPA, com os seguintes rumos e distâncias: 02°32'NE, com 677,80m; 27°23'NO com 72,20m; 13°16'NO com 122,70m; 28°52'NO com 1.352,10m; 62°25'NE com 359,20m, alcança a estrada que liga Ponta Grossa e Itaiacoca; daí segue pela estrada, em sentido a Itaiacoca, e aos 2.530,70m alcança o marco de cimento, cravado na confrontação com Marilena Ribas Coimbra; daí segue pela cerca de divisa, na referida confrontação com rumo de 30°09'SE e aos 211,80m alcança a água de divisa: daí segue pela água de divisa abaixo, na mesma confrontação e aos 1.610,80m alcança a cerca de divisa; daí segue pela cerca de divisa, na confronta-

ção de Marilena Ribas Coimbra, com os seguintes rumos e distâncias: 66°13'SE, com 50,90m; 46°12'SE com 3.037,60m, alcança o marco de cimento cravado na confrontação com herdeiros de Manoel Rodrigues; daí segue pela cerca de divisa, na referida confrontação, com os seguintes rumos e distâncias: 31°41'SO, com 257,20m; 80°04'NE, com 79,90m; 12°40'SO, com 582,10m; 26°36'SE com 161,90; 43°28'SE, com 89,20m; 14°55'SE com 74,00m, alcança a água de divisa; daí segue pela água de divisa acima, na mesma confrontação e aos 886,80m alcança o marco de partida, fechando o perímetro.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.02.91.

Apoiamto: Nelson Garcia, Emília Belinati, Duílio Genari, Mario Bezerra, José Colombrino Grassano, Lourenço Fregonese, Rafael Greca, Élio Rusch, Neivo Beraldin, Anibal Khury, Algaci Túlio e 3 ilegíveis.

JUSTIFICATIVA:

Povo e governo de Ponta Grossa lutam unidos para conseguir do Estado do Paraná a expedição de título de domínio pleno do imóvel denominado Botuquara.

Já em 1.988, o então Deputado Edmar Luiz Costa deu entrada no Projeto de Lei n° 324 tratando da matéria. Foi aprovada a proposta e, conseqüentemente, enviada para sanção governamental.

O imprevisto aconteceu. O Senhor Governador vetou o projeto em tela. Justificou sua decisão em razão de no "curto prazo constitucional fixado para decisão governamental, não ter sido possível efetivar-se o indispensável e detalhado exame da matéria".

Agora, obedecidos os prazos constitucionais, e considerando que o tempo, por certo, propiciou ao Executivo possibilidades de apreciar melhor a questão, "reapresento" o projeto de lei outrora defendido pelo citado extinto parlamentar conterrâneo.

E, por uma questão de justiça, tomo a liberdade de usar a justificativa da lavra de Edmar Luiz Costa em defesa do Projeto, por ser uma peça ainda atual, sempre brilhante e competente:

Em 11 de fevereiro de 1941, através do Decreto Lei n° 11.035, assinado pelo Senhor Manoel Ribas, Interventor Federal, publicado no Diário Oficial em 17.02.41, foi transferida ao município de Ponta Grossa o serviço de água e esgoto da cidade, que até então vinha sendo administrado pelo Estado do Paraná.

O referido ato determinou que a transferência regular-se-ia por "um contrato a ser assinado entre o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, no qual serão estabelecidas, não

só a forma de reembolso das despesas efetuadas pelo governo do estado, como também as obrigações recíprocas com relação ao funcionalismo em exercício no serviço transferido.

O instrumento contratual, celebrado em 13 de março de 1941, consoante minuta elaborada pela Procuradoria da Fazenda, publicada no Diário Oficial de 03 de março de 1941, estabeleceu, expressamente, entre outras condições, que a transferência far-se-ia na data da entrega, por parte do outorgante Estado do Paraná, dos serviços existentes e respectivo inventário, assinado pelas partes contratantes.

Prescreveu, ainda, o valor de rs. 200:000\$000 (duzentos contos de réis), anuais, a título de indenização das despesas que o outorgante fizera com melhoramentos e ampliações das redes e mananciais, até a quitação completa da dívida, e que "findo o pagamento da última prestação anual, independentemente de qualquer ato, ficarão automaticamente incorporados à rede de água e esgotos de propriedade da outorgada todas as obras e melhoramentos executados pelo outorgante" (Cláusula Décima Segunda).

Naquela época, então, a municipalidade assumiu os serviços de água e esgotos de Ponta Grossa, operando e administrando todos os bens e equipamentos transferidos pelo Estado do Paraná, inclusive as edificações e terrenos utilizados pelo sistema.

A partir de 20 de janeiro de 1975, mediante a celebração de Contrato de Concessão n° 131/75, a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, passou a explorar os serviços públicos em questão, havendo o município transferido à concessionária a maioria dos bens e direitos vinculados aos serviços, em troca de participação acionária no seu capital social.

A avaliação desse acervo patrimonial do município, convertido em participação acionária, foi objeto do Termo Aditivo n° 01/76, de 21.01.76, ao contrato de concessão citado.

Pois:

Dentre os bens imóveis transferidos pelo município à SANEPAR, não constou a área de 6.826.336,00m² ou 282,08 alqueiras, denominada BOTUQUARA, configurada na planta cópia apensa, onde situa-se a nascente de curso d'água e represa do mesmo nome.

Desde 1914, o Botuquara, propriedade do Estado do Paraná, serviu ao município na geração e distribuição de energia hidrelétrica, e a partir de 1939 foi a área utilizada pelo Estado na administração dos serviços de abastecimento de água da cidade.

Evidentemente, tratando-se de área de proteção do manancial que abastecia Ponta

Grossa, em 1941, integrante, portanto, do acervo patrimonial estadual afeto àqueles serviços, os terrenos em causa estão compreendidos no Decreto Lei n° 11.035/41 e Contrato datado de 13.03.41, referidos em epígrafe. Isto é, pertencem ao município de Ponta Grossa.

Por oportuno, mencione-se que o município pagou integralmente a indenização estipulada no contrato outorgado pelo Estado, conforme fazem prova as inclusas cópias dos documentos pertinentes, da receita estadual.

E na época da concessão dos serviços de abastecimento de água à SANEPAR, o imóvel não foi inventariado com os demais, para efeito de participação acionária do município junto à Companhia, pela única razão da falta de título de propriedade.

Pelo mesmo motivo desinteressou-se a SANEPAR de recebê-lo como dação em pagamento de dívida municipal relativa a participação obrigatória do município nos investimentos referentes às obras do sistema de coleta e remoção de esgotos sanitários.

Presentemente, embora já não mais convenha ao interesse público municipal dispor do imóvel para as finalidades acima descritas, dá-se conta ao município que dele não pode dispor para qualquer outro fim, até que o Estado do Paraná lhe outorgue o competente título de domínio pleno sobre a área de que se trata.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Mario Bezerra.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. O pessoal da Saúde comparece a esta sessão. Uma saudação a vocês. Nós sabemos que a Saúde do Paraná está muito doente. É necessário realmente se apelar para coação ao Poder Público para que ele se sensibilize com o quadro em que vivemos. Vocês têm a minha solidariedade.

Senhor Presidente, eu estou entrando com um requerimento hoje para que esta Casa remeta ofício ao Senhor Secretário da Segurança Pública, Favetti, para estudar a viabilidade da implantação de uma subdivisão policial em Cianorte.

Tal pedido, Senhor Presidente, Senhores Deputados, fundamenta-se no fato de que Cianorte é considerada hoje uma cidade pólo a nível comercial e industrial, mas no sentido de segurança é uma calamidade pública, uma cidade que ficou conhecida como a "capital dos seqüestros", quadrilhas há mais de 10 anos de vez em quando se estabelecem naquela comunidade, fazendo com que a "capital", considerada também do vestuário, se transforme numa manchete nacional depreciativa.

Como Deputado Estadual, eu gostaria que esta Mesa, com a apreciação e logicamente com a aprovação do Plenário, remetesse ao Senhor Favetti cópia do requerimento para que ele possa avaliar quão importante se instalar uma subdivisão policial em Cianorte.

Deixe-me só fazer a leitura da justificativa, Senhor Presidente:

"Cianorte é uma cidade de médio porte, sendo considerada, de fato, pólo de uma microrregião, composta pelos municípios de São Tomé, Japurá, Jussara, Indianópolis, Rondon, Cidade Gaúcha, Tapira, Tapejara e Tuneiras do Oeste. Apesar do vertiginoso crescimento comercial e industrial, alguns setores de Cianorte ainda carecem de incremento, como é o caso da Segurança Pública. Seqüestros, arrombamentos, quadrilhas, organizadas, somados a várias outras modalidades criminosas assolam aquela região há muitos anos".

"Eu estou em Cianorte há dois anos e meio e isso já acontece há mais de 10 anos. Além disso, as precárias instalações da Delegacia de Polícia local é uma agravante, aliada à região, que se acha subordinada a Campo Mourão, distante 80 quilômetros".

Senhor Presidente, Senhores Deputados. A implantação da Subdivisão Policial iria amenizar em muito a criminalidade que acontece naquela cidade e na microrregião.

É o que requeiro e gostaria que esta Casa desse respaldo ao nosso pedido e, mais uma vez, a minha solidariedade aos funcionários da Saúde do Estado do Paraná, que é através de atitudes como esta que o Governo volta-se para a necessidade de incrementar e, acima de tudo, remunerar a classe que vive realmente numa profissão insalubre.

Aos empregados da Saúde do Governo do Paraná, tenho certeza que vocês levarão o nosso abraço e aqui estaremos a serviço de vocês para que a Saúde do Paraná saia da UTI, porque assim a consideramos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Paulo Maia com a palavra.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Nós dizíamos aqui quando da nossa primeira intervenção que estávamos neste Parlamento, nesta Casa, representando os anseios do povo e que nos somaríamos a todas as iniciativas que porventura viessem de quem quer que seja, representando o povo nesta Casa, e teria o nosso apoio.

Evidentemente os trabalhadores da saúde, assim como os trabalhadores da educação, como os trabalhadores do serviço público em geral, terão uma voz incansá-

vel, uma voz de defesa dos direitos destes que têm sido os bodes expiatórios deste Governo, desde o início de sua gestão. Temos pago - nós eu digo - porque sou funcionário público, e entende-se que ainda se tem esta imagem de que funcionário é servo. Não somos servos, somos trabalhadores desta empresa chamada Estado e somos terminantemente sendo culpados pela falta de competência de Governos que procuram, nos míseros salários dos trabalhadores do serviço público, a justificativa pela falta de atendimento aos mesmos.

Neste momento vemos aqui a mobilização da saúde e já estivemos em tantas mobilizações aqui pelo magistério do Paraná e estaremos em todos os lugares onde o trabalhador estiver se organizando para reclamar seus direitos.

Com certeza a nossa voz, a voz do Partido Socialista Brasileiro, não se calará diante de quem quer que seja, diante de ameaças, porque aqui não viemos à procura de benesses, à procura de riquezas, mas à procura da defesa dos interesses da classe trabalhadora.

Neste momento, Senhor Presidente, Senhores Deputados, ocupamos também esta tribuna para denunciar a forma como vem sendo conduzida a municipalização do ensino no Estado do Paraná. Acreditamos que a forma como vem sendo conduzido este processo simplesmente representa um desrespeito para com os trabalhadores da educação. Simplesmente representa, mais uma vez, a forma agressiva, desrespeitosa e truculenta com que as coisas são definidas, de cima para baixo também neste Governo que aqui, no Parlamento, tinha um discurso fácil a favor dos trabalhadores indistintamente.

Por isso queremos, neste instante, falar da forma como vem sendo conduzida a municipalização do ensino, fazendo por regiões, não julgando a realidade do que isto vai representar para cada município deste Estado que hoje se encontram em estado de falência, ou de pré-falência. O Governo do Estado, através da Secretaria de Educação, não explica as reais motivações que levam à uma municipalização da forma como está sendo imposta.

Assistimos microrregiões, a exemplo dos municípios da microrregião do Vale do Ivaí. Ontem esteve aqui. Hoje está uma outra região. Anteontem estiveram outras e assim sucessivamente. Qual é a preocupação que nos traz neste momento?

A educação não se faz apenas municipalizando e passando a responsabilidade para os municípios falidos, ou em estado de pré-falência, que há pouco tempo esteve aqui condenando este Parlamento à procura de verba de suplementação.

Sabemos que a responsabilidade é maior

do que aquilo que está se jogando nas costas dos municípios do Paraná. Isto é preocupante. Aachamos que entende de educação quem está envolvido neste processo. Quem entende de educação é quem está envolvido nesta complexidade. Porque temos a certeza de que municipalizando da forma como está se municipalizando, sem a garantia de uma reforma tributária, impondo aos Prefeitos e Municípios do Paraná esta responsabilidade muito cara, temos a certeza que dentro em pouco estaremos vendo, de fato, funcionários públicos municipais não podendo receber nem os míseros salários que têm recebido atualmente.

Então vejam bem Senhores Deputados. A nossa preocupação se prende a isto. Queremos um discurso transparente. Queremos que se mostre, aos municípios do Paraná, o que vai causar na sua vida, na vida do seu povo, na vida da educação de cada município, esta transferência de responsabilidade assumindo os trabalhadores, assumindo os prédios públicos e assumindo o ônus de uma educação sucateada e feita a nível de Brasil. E neste Estado não é diferente.

Fica aqui o nosso protesto. O protesto do Partido Socialista Brasileiro ao Governo do Estado, à Secretaria de Educação pela forma antidemocrática e truculenta por quem vem impondo os serviços de municipalização. Estamos assistindo hoje Ivaiporã em uma greve, por quê? Porque a administração daquela municipalidade tem hoje 70% de responsabilidade no pagamento da folha dos Professores municipais e o Senhor Prefeito está encontrando dificuldades em receber as verbas para efetuar tal pagamento. E isto não será apenas com Ivaiporã, isto vai se transformar pelos trezentos e tantos municípios do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Domingos Carvalho.

O SR. DOMINGOS CARVALHO - Senhor Presidente, demais Deputados, é com muito prazer que ocupo, pela primeira vez, esta tribuna.

Inicialmente quero aqui dar as boas-vindas a um visitante ilustre, José Reis, residente em Jaguariaíva, ex-Prefeito de Ibaiti, candidato a Deputado Estadual nestas eleições, sendo hoje o nosso segundo Suplente no PRN.

Ao José Reis o meu muito obrigado, e em nome dos meus colegas desta Casa, pela visita.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, estou hoje representando uma região que mais ou menos, há trinta anos, não tem representante nesta Casa.

É a região que compreende Castro, Pirai do Sul, Jaguariaíva, Cerro Azul, parte

de Rio Branco do Sul e aquela região do Alto Ribeira.

É uma região em que de investimentos públicos, nos últimos anos, praticamente não existe quase nada a dizer.

A grande obra de envergadura realizada em nossa região, foi a Estrada do Cerne, realizada pelo interventor Manoel Ribas.

Após isto não tivemos mais nada que merecesse alguma atenção especial para a nossa população.

Eu, como Deputado desta região, quero aqui nesta Casa defendê-la para que esta região possa futuramente, ser equiparada às demais regiões do Estado. Por isto estou aqui. Deixei lá o meu serviço, a minha família e estou aqui nesta Casa, junto com os demais colegas a fim de trazer as nossas dificuldades, principalmente no que diz respeito às estradas.

Quero comunicar a esta Casa que nós estamos formando também um Bloco dos Campos Gerais, composto pelos Deputados Estaduais.

Quero também aproveitar a oportunidade para dar a minha solidariedade aos Funcionários da Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha. Comunico que também sou funcionário da Fundação há muitos anos.

Pelo menos até a presente data, porque daqui para a frente, devo pedir licença para me dedicar aos trabalhos desta Casa. Mas estou a par dos problemas por que passam os funcionários da Fundação.

Sei que teve médico que recebeu Cr\$ 13.000,00 (treze mil cruzeiros) de salário no mês de janeiro, alguns receberam Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros).

Teve funcionário que recebeu somente Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros). Acho isto um absurdo! Isto não poderia jamais acontecer dentro de uma situação que estamos vivendo.

A vocês funcionários da Fundação Caetano Munhoz da Rocha, colegas de trabalho, podem esperar da minha pessoa, deste Deputado que aqui está, todo o meu conforto, toda minha ação e solidariedade a vocês!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Antônio Toti Colaço.

O SR. ANTÔNIO TOTI COLAÇO - Senhor Presidente, Senhora Deputada e Senhores Deputados.

É com prazer que pela primeira vez, a exemplo dos demais Deputados, faço uso desta tribuna.

E o faço com muita alegria, muita satisfação, primeiramente por estar representando a região Centro-Sul do Estado do Paraná, o Município de Irati, e os demais municípios vizinhos, a microrregião dezes-

sete.

Eu gostaria de fazer uso desta Tribuna, inicialmente, mas não para trazer aqui um assunto que, talvez desagrade, principalmente como tem desagradado e como desagradou o de ontem à tarde até o dia de hoje, exatamente a região que eu represento. Ontem à tarde, eu recebi uma comunicação de que na Delegacia de Polícia de Irati, havia um motim.

Dezesseis presos internos, alguns condenados com pena definitiva e outros aguardando julgamento, sem serem ainda, apreciados os seus processos pelo Juiz da nossa Comarca.

Fizeram refém, o único agente de Segurança que possui a Delegacia de Polícia de Irati.

O Doutor José Maurício e o Doutor Rogério, o primeiro Juiz de Direito, e o segundo, Promotor de Justiça, acompanharam desde o início do motim até o seu final.

Negociaram com os internos, fizeram um acordo. E, no início da noite, soltaram o refém e o fato se normalizou.

É claro que a exigência dos internos era de que os presos condenados em pena definitiva fossem transferidos, fossem removidos para o Sistema Penitenciário do nosso Estado, mais praticamente na Penitenciária Central.

E a outra reivindicação era para que eles pudessem utilizar um corredor maior, dentro da delegacia de Polícia de Irati.

Resolvido o episódio, por volta das vinte horas, saiu daqui da Capital uma guarnição, um comando, uma viatura da COPE e chega na Delegacia de Polícia de Irati, no início da noite e parece que com a aquiescência do Delegado de Polícia lá daquela Delegacia, adentraram às celas e, com todo o respeito aos Parlamentares e também com todo o respeito aos funcionários da Secretaria de Saúde, arrebitaram de "cassete", de "bordoadas" os internos.

O Juiz de Direito, há poucos instantes mantendo contato telefônico com ele, está em sua casa, porque voltou de madrugada a acompanhar os fatos e viu aqueles internos com os quais havia assumido o compromisso, ele em nome do Poder Judiciário e o Promotor em nome do Ministério Público, de que não iriam agir daquela forma tão abrupta, viu um quadro dos mais tristes que se possa imaginar.

Por isso, meus prezados amigos, Parlamentares, Senhor Presidente, eu estou fazendo esta denúncia, aqui, porque já entrei em entendimento com o Secretário de Segurança Pública, Doutor Favetti, e ele determinou que fosse para lá um Delegado Especial, para acompanhar os fatos.

Como isto aconteceu em Irati, poderia ter acontecido em qualquer outra comarca.

Porque na verdade, há poucos instantes

eu acompanhava o pronunciamento, parece-me que do Deputado Mário Bezerra, quando pleiteia uma subdivisão policial lá na sua região.

O mesmo fato que acontece na Região nossa ali de Irati, sede de uma microrregião, sede de Comarca, um município com mais, aproximadamente com mais de setenta mil habitantes, um delegado e um agente de segurança, hoje dezesseis, amanhã dezoito ou mais presos lá dentro. E o pior ainda que a própria Polícia Militar que foi solicitada durante alguns meses pelo nosso Magistrado, da nossa Comarca, que desse ajuda, que fornecesse militares para dar segurança aos presos, não foi possível; o que existe lá hoje são funcionários da Prefeitura Municipal de Irati, fazendo serviço de carceragem dentro daquela delegacia. Parece-me que não é só lá em Irati, tem outras Comarcas que também estão da mesma forma.

Eu quero trazer para as próximas semanas outros fatos, não desta natureza, mas apontar aqui algumas soluções para que nós possamos contribuir com a Segurança Pública e também com a Justiça do Estado do Paraná, porque é inadmissível que os condenados, praticamente em todas as Comarcas, permaneçam lá e não possam vir até o sistema penitenciário nosso; e é inadmissível que o Juiz que aplica a pena, não possa ele mesmo executar a pena, tem que vir aqui os processos através da Vara de Execuções Penais. São reformas profundas, que nós haveremos de pelo menos ser útil, que se proceda dentro do Estado do Paraná com uma sugestão até, de que haja uma unificação dessas duas Polícias, a Civil e a Militar, porque para o povo, para a população do Estado do Paraná, todo mundo é policial, seja civil ou militar, mas na prática, na ação, é tudo diferente, e as coisas não caminham conforme deveriam caminhar; também dentro da própria reforma judiciária, para que o Juiz que aplica a pena, ele também tenha o mesmo direito de executar a pena, seja lá em Foz do Iguaçu, seja lá em Irati, ou seja lá em Londrina, seja onde for. Era esta a minha notícia de hoje, não muito agradável. Espero voltar na semana que vem, com novas notícias.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Começa o ano Legislativo sob a égide visita a esta Casa dos Funcionários da Fundação de Saúde, que deveria ser de saúde, mas é de sofrimento público, que leva o nome honrado do Doutor Caetano Munhoz da Rocha, um dos mais íntegros paranaenses de

que tem notícia a nossa história.

Implantou ele algumas das obras, que os paranaenses modernos nos acostumamos a ver na televisão, como obras do Governo Álvaro Dias: O Hospital Isolamento do Estado, o Hospital Sanatório São Roque e o Asilo São Vicente de Paulo, entre outras.

Foi brilhante Governador ao seu tempo, implantando a primeira estrutura de saúde que o Estado merece.

Lamentavelmente o Governo que se encerra vem marcado pelo vírus da desconfiança pública com relação aos Secretários de Saúde; vírus patético que desaguou em grossa infecção nesse Plenário, no caso da compra das seringas e das luvas para-cirúrgicas e cirúrgicas, e das bolsas de colostomia no tempo da campanha eleitoral. Lembro-me, quando disse eu do preço das luvas, das luvas cirúrgicas que se compravam naquela ocasião, e o Senhor Deputado Caíto Quintana, com a razão que lhe dava a Liderança do Governo, levantou-se e disse: "Há luvas e luvas Excelência".

E eu disse: "Devem ser as do PMDB por certo, luvas de pelica, apropriadas para preço bem caro, colocar a mão no jarro dos dinheiros públicos".

Ora Senhor Presidente e Senhores Deputados, dinheiros públicos. Ora, Sr. Presidente, por causa de tais luvas e de tais inquéritos que agora supurados, vazaram inclusive nos salões do Palácio Iguaçu, tirou do ar o programa eleitoral das oposições, por um, por dois, por três, por cinco dias, dizia-se então que havia calúnia e difamação, no vazo do que se informava para mostrar ao Paraná que a Suíça aqui não é. Esta Suíça do pronunciamento do Governador Álvaro Dias na Sessão Solene aqui não há. E não há por confirmação da própria palavra dos Deputados do Governo. Veio o honrado Deputado da pacata cidade de Nossa Senhora da Luz de Irati falar agora na Assembléia da aflição de sua cadeia pública super lotada, das pessoas que cumprem pena, pena definitiva no xadrez municipal, dos carcereiros que não são da Polícia Civil nem da Polícia Militar, mas pagos com o dinheiro dos impostos municipais. Tudo o que faltou no Paraná por quatro anos, sobrou nos últimos meses da eleição nos cheques que se distribuíram aos Prefeitos Municipais, transformado em favor o que é direito. Tudo o que faltou no Paraná nos quatro anos ainda, faltará se não se estabelecer o primado do direito e da vergonha, da integridade e da honestidade. Os curitibanos, nos acostumamos a ver em cada esquina de Curitiba uma faixa que dizia:

"Requião é honesto". Sejam as primeiras palavras deste Deputado nesta legislatura, o convite ao Governador eleito, que não seja só honesto de faixa, de faixa

passada e pintada para se conquistar o poder, mas seja honesto com o Paraná e com o seu futuro, e pare de brincar de Suíça num Estado onde a cadeia de Palmas vai abarrotada com o xilindró construído pelo Moisés Lupion ao tempo do seu primeiro Governo. Num Estado onde a cadeia de Irati vive motim sangrento que não combina com a vocação pacata da Cidade; num Estado onde Cianorte, a próspera, cidade admirável, vai conhecida como capital dos seqüestros; num Estado onde os curitibanos, como um vizinho nosso do Bigorrião, mortos, no tempo entre o por-do-sol e o Jornal Nacional, (tão querido do Sr. Governador para veicular as suas mensagens de prosperidade inaudita); ali no Bigorrião, do lado da Caixa d'água e da Igreja dos Passarinhos, como aconteceu anteontem nesta Cidade. A Suíça aqui não há. E o Governador honesto do tempo da campanha precisa provar a honestidade promovendo a mudança.

É este o nosso anseio, pelo Paraná, pela memória de paranaenses como Caetano Munhoz da Rocha que vão aviltados com o pacto de mediocridade que aqui se tem estabelecido.

Era isso!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Grande Expediente, concedo a palavra ao Dr. Rosinha.

O SR. FLORISVALDO FIER - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Provavelmente não farei nenhum discurso inflamado; provavelmente seja 30 minutos talvez, e, inclusive cansativo, mas gostaria muito da atenção de todos.

O Governador Álvaro Dias esteve na Assembléia e disse que tinha compromisso com a verdade.

No mês de janeiro, o Governador Álvaro Dias apareceu na imprensa, dizendo que tinha que ter uma sindicância na Secretaria de Saúde, porque lá teriam problemas. Eu desta tribuna, nesta semana alertei: não é aquele problema com o ex-Secretário, Manuel de Almeida Neto, não, nem aquele do Delcino, mas é o novo que nós temos documentado e, queremos fazer o relato dele, aqui agora: no mês de novembro, foram abertos editais para duas concorrências: 004/90, e 005/90. Apresentaram propostas para essa concorrência, J.F. Ehlke e Cia.Ltda, Lojas do Pedro, Saniel, Indústria e Comércio; aquela Saniel que já está no Tribunal de Justiça por causa de problema fraudulento, com o ex-Secretário, Manuel de Almeida Neto; Lege e Representações Comerciais, Sharp Indústria e Comércio.

A Comissão permanente de licitação deu o parecer favorável após analisar as propostas, a contratação, de quatro empresas!

Elke, Lojas do Pedro, Sainel e Lege Representações. Na fase de proposta de análise do edital, após observadas todas as formalidades técnicas e legais, a Comissão optou pelo seguinte lote de compra: lote um, por equipamentos, móveis e materiais médico-hospitalares, para Sainel Indústria e Comércio; lote dois, materiais e Equipamentos de Laboratório, para J.R., Elke e Cia. Ltda. Lote três, para móveis, materiais e utensílios, de uso em geral, Lojas do Pedro; lote quatro, instrumento cirúrgico de enfermagem, Sainel.

Srs. Deputados, antes de se fazer essa licitação, os técnicos da Secretaria, funcionários da Secretaria de Saúde, em reunião com o Sr. Secretário, para impedir qualquer tipo de falcatura, de desvio, definiram que essa licitação seria feita em 17 lotes, favorecendo a concorrência entre o maior número possível de empresas; ocorre que acabou, depois de muitas idas e vindas, ficando nos quatro lotes, que eu acabei de relatar.

Inclusive há uma correspondência de um funcionário para outro funcionário, que eu passo a ler, e que diz o seguinte: É Memorandum n° 618/90/CE: "A pedido do Sr. Secretário, solicito informar a este gabinete, no prazo de 24 horas, a razão das alterações no número de lotes, de concorrência, 005, uma vez que reuniu nesse gabinete e ficou definido que os equipamentos seriam agrupados em 17 lotes. E no entanto, na hora de comprar somente tinham 4 lotes, e não mais 17."

Novo questionamento foi feito por outros técnicos da Secretaria de Saúde, no que diz respeito. Mas tentando resumir a compra desses 17 lotes, digo desses 4 lotes, importava numa soma total de despesa, do valor de um bilhão, setecentos e quarenta e nove milhões, duzentos e doze mil, seiscentos e sessenta e seis cruzeiros.

A Secretaria de Saúde não tinha todo esse montante de verba disponível, para fazer a compra para esse ano de 90. Solicitou a um grupo de técnicos da Secretaria Estadual, que passaram trabalhando madrugada a dentro, para que efetuasse cortes. E após os cortes, usando de alguns critérios, que seriam: exclusão dos equipamentos de maior custo, de maior complexidade, como raio X, ultra-sonografia, eletrocardiógrafos, e entre outros itens, a exclusão de itens considerados superestimados no preço e, efetuado o corte, deu um montante de quinhentos e sessenta e sete milhões e oitocentos e vinte e três mil e setecentos e trinta e um cruzeiros. Após este corte efetuado pelos técnicos, o Senhor Secretário de Saúde, Senhor Sebastião Rodrigues Pimentel, encaminhou um ofício ao Sr. Governador que passo a ler:

"Encaminhamos, em anexo, para homolo-

gação de Vossa Excelência concorrência n° 005 com os devidos cortes, ajustando-se ao orçamento disponível na fonte 81 do convênio com opções federais.

Encaminhamos também concorrência n° 004 referente à compra do material de consumo na mesma fonte de recursos. "Datado do dia 21 de novembro de 90.

Pois bem, parece que tudo estava resolvido, nada se tornou mais público, até que o Ofício ATCC 7046/91, enviado pelo Chefe da Casa Civil, Senhor Wagner Brazolo Pacheco, datado de 14.01.91. Neste Ofício ele envia um parecer dessa licitação ao Senhor Governador Álvaro Dias e constata o que havia dito pelos técnicos: a superestimação de preços. Para se ter uma idéia na compra de cem mil seringas a diferença era de oitocentos e cinquenta e cinco mil; na compra de outras trezentos e cinquenta mil seringas, a diferença era três milhões quatrocentos e cinquenta e um mil e assim por diante. O que demonstrava em quinze itens da compra dava uma diferença de cento e noventa e oito milhões duzentos e oitenta e oito mil cruzeiros. Bom, em cima disso, o Chefe da Casa Civil manda uma correspondência ao Senhor Governador indicando que ela fosse revogada, anulada e determinada uma sindicância; o Senhor Governador foi para imprensa falou em moralidade e fez tudo isso. Instalada a sindicância, eu gostaria de atenção dos Senhores Deputados porque eu vou ler alguns trechos de alguns depoimentos.

O Diretor Econômico Financeiro da Fundação Caetano Munhoz da Rocha, Senhor Francisco Xavier Beduschi, deu um depoimento no dia vinte e três de janeiro dizendo que a diretoria financeira não participa do processo licitatório, antes da homologação pelo Senhor Governador. Após a homologação, tal diretoria elabora os respectivos empenhos. Pois bem, Senhores Deputados, diz Beduschi, que estava em férias, chegou na diretoria no dia 04 de janeiro e não teve o prosseguimento porque aguardava a publicação do orçamento da União para fazer a homologação e que, diz ele, a concorrência 005/90 foi homologada pelo Governador em 28 de dezembro de 90; Beduschi estava em férias, retornou ao serviço 04 de janeiro de 91. Neste dia 04 recebeu um pedido do Deputado de então, hoje ex, José Felinto, que dizia transmitir orientação da Casa Civil para se fossem realizados empenhos até o valor aproximadamente de seiscentos e vinte milhões; Beduschi sugeriu que o empenho fosse feito contemplando todas as quatro, três empresas envolvidas. O que foi respondido, pelo então Deputado, que as outras empresas já haviam sido notificadas e que seus empenhos saíam com os recursos provenientes do convênio a ser celebrado entre a Cesa e

o INAMPS.

Senhores Deputados, não sei desde quando que o Governador Álvaro Dias usa Deputado como intermediários em suas compras para ficar fazendo o caminho e o trajeto entre a Casa Civil e as comissões de licitação.

Um outro servidor e membro da Comissão Permanente de Licitação declara o seguinte teor: que embora membro desta comissão só teve contatos com os mesmos nas fases anteriores, dia 14, quando da análise da habilitação das empresas. Eu gostaria de ler um trecho do depoimento do citado servidor, é um pouco longo, mas muito interessante:

"Em determinado dia, numa reunião entre os membros da comissão permanente de licitação, e seu presidente, houveram manifestações de estranheza quanto ao tratamento dado a essas concorrências, que fugiam completamente ao procedimento normal que sempre fora adotado na Comissão, tendo o Senhor Teixeira, Presidente da Comissão respondido aos demais membros que tal se dava por se tratar de um caso muito especial, delicado que vinha das altas esferas e inclusive do Ministério, que este fato se deu provavelmente no dia 20 ou 21 de dezembro antes da abertura dos envelopes, que após a abertura dos envelopes o declarante dirigiu-se à sua sala de trabalho, tendo notado após a presença do Deputado Felinto, acompanhado de outro cidadão na sala do Presidente da Comissão, do Senhor Teixeira, que despertado pela curiosidade foi o declarante até a sala da Presidência, ocasião em que lhe foi apresentado o Senhor Alcides, como sendo proprietário da empresa Sainel. Que enquanto ali esteve pôde ouvir alguns diálogos, mais ou menos dizendo o seguinte:

Dizia o Presidente da Comissão, Senhor Teixeira ao Deputado Felinto: que era muito, digo que a forma como o processo estava sendo tratado estava gerando repercussões desagradáveis, ao que o Deputado Felinto respondeu: que por enquanto ainda sou Deputado e ainda mando nesta "m", porque o Regimento Interno não permite que eu complete a palavra. Que na continuidade da conversa, disse ainda o Senhor Teixeira que a questão envolvia muito dinheiro e que isso não iria passar despercebido ao que retrucou o Deputado dizendo: "F..." o dinheiro não sai do meu bolso, sai do bolso do povo e o povo que se "f..." e tendo o declarante participado da abertura dos envelopes foram os mesmos encaminhados ao Senhor Secretário, que os encaminhou ao GTC, que é um setor de trabalho da Secretaria. E tal procedimento se deu tendo em vista inexistir no processo bloqueio de recursos que suportasse o montante da compra e desconhecendo a Comissão oficialmen-

te a disponibilidade de recursos, excepcionalmente remeteu tal documentação ao Senhor Secretário, que por sua vez remeteu ao GTC para que informasse a disponibilidade de recursos e daí vem aqueles cortes que eu falei.

Pois bem Senhores Deputados, tenho aqui em mãos inúmeras atas desta reunião de comissão. Não vou ler todas para não me tornar cansativo, mas algumas atas já desapareceram, alguns ofícios já sumiram, portanto é importante tornar público o que está ocorrendo nesta Secretaria.

Eu gostaria de abordar mais dois depoimentos, um de um funcionário e outro depoimento, o do próprio Secretário de Saúde.

Um dos funcionários declara o seguinte:

Que no dia 18 de dezembro no apartamento n° 1.407 do Hotel Bourbon de Curitiba, ali compareceu o declarante a convite, insistentemente do Senhor Alcides, proprietário da Sainel, onde o declarante esteve acompanhado do Dr. Mário Iria, que lá chegando ouviu do Senhor Alcides uma história sobre a empresa Sainel e sua atuação junto ao Ministério da Saúde. Em diversos outros Estados no fornecimento de materiais de saúde e que agora estava entrando no Paraná, mas que aqui estava encontrando uma grande resistência, fazendo menção inclusive à venda que ele havia feito aqui, aquela da época do Senhor Manoel de Almeida Neto, para o Estado e que inclusive tinha saído no jornal, das luvas de pelica citadas pelo Deputado Rafael.

Continuando, que estava tendo dificuldades para seus negócios aqui no Estado e que o declarante tinha cópia, da Sainel, daquele memorando que eu li aonde cobrava que não dava para se comprar e que demonstrava a sua real participação no obstáculo a essas compras.

Diz o Senhor Alcides ao declarante, que vinha de um encontro com o Governador em Foz do Iguaçu, onde estivera para comunicar sobre a liberação de um recurso do Ministério para o Estado do Paraná, ocasião em que o Governador lhe perguntou se estava tudo bem com ele ou se estava tendo algum problema, que se estivesse tendo, que era para avisar, a que o declarante disse que o cargo que ele ocupava na Secretaria era um cargo técnico, sem poder decisório e que, se destituído dele, sobreviveria plenamente com que o que ganharia no seu cargo de carreira, uma vez que é funcionário do INAMPS, ao que o Senhor Alcides disse ao declarante que a coisa não era bem assim e que não se preocupasse com isso, que ele não quis insinuar isso, que isso era um esquema de governo onde ele auxiliava o Governo nas campanhas e que, em contrapartida, o Esta-

do tinha que facilitar a atuação dele em alguns fornecimentos, dos quais ele tinha que indexar os preços nesse auxílio dados aos Governos, senão a firma dele não sobreviveria, e ele não poderia tirar isso do bolso".

"O declarante manifestou insensivelmente sua surpresa por tal esquema, tendo em vista que sua formação jamais permitiu qualquer concessão desse tipo, que o declarante considerou a conversa do Senhor Alcides como uma ameaça, dizendo que não tinha medo sequer de perder o seu emprego no INAMPS, pois se isso ocorresse tem certeza de que teria sucesso numa outra atividade, face a sua formação. Felinto neste momento, o Senhor Alcides olhando para o Dr. Iria, fez o seguinte comentário: "com uma integridade e uma honestidade dessas, até na Sainel ele tem emprego garantido", ao que o declarante simplesmente agradeceu.

E aí encerrou a conversa de forma descontraída, o declarante, juntamente com o Dr. Mário, retornaram a Secretaria, tendo o Dr. Mário no retorno manifestado a sua concordância e o seu apoio à posição do declarante.

Num dado momento, continua: "que no dia de sua atividade, embora se tenha fechado sem maiores comentários, viu que o esquema da Sainel era forte, principalmente pela companhia do Deputado Felinto nas dependências da Comissão Permanente de Licitação, testemunhando, por ocasião de um despacho junto ao Secretário, um telefonema recebido por este, do Deputado Felinto, que não se sabe o que o Deputado Felinto teria dito do lado de lá, tendo ouvido, porém, a resposta do Senhor Secretário que dizia: "não adianta, Felinto, eu só tenho 600 milhões, e os técnicos estão fazendo os cortes para fazer o relatório". O Secretário desligou o telefone e comentou com o declarante sobre a insistência do Deputado Felinto de que não fosse feito corte e que o relatório fosse feito no total da compra".

Bom. Esta é uma das declarações. Existem inúmeras, mas a declaração do Senhor Secretário de Saúde, Sebastião Rodrigues Pimentel, é uma declaração talvez um pouco longa, mas ela é muito interessante de ser lida até para constar nos Anais e esclarecer aos nobres Deputados. (Lê)

Que para tornar mais ágil a aquisição dos bens reuniu o declarante sua assessoria técnica onde, após apurada a análise, se chegou a conclusão de que o ideal seria a divisão em lotes e a compra feita por tomadas de preços, o que foi feito. Que foram divididas em 17 lotes, possibilitando agilidade na compra e utilização do recurso além de permitir pequenos fornecedores a participarem deste processo. Que foi

desenvolvido os processos divididos em 17 lotes na tomada de preços publicando-se o respectivo edital. Que nesta fase recebeu o declarante instruções da Casa Civil para que cancelasse as 17 tomadas de preços e procedesse com a concorrência dividindo-se em 02 a 04 lotes. Que o declarante insistiu pela divisão em 06 lotes para permitir a participação de um maior número de concorrentes, insistindo a Casa Civil no máximo de 04, o que foi feito. Que procedeu-se a concorrência vindo o declarante a saber após a abertura dos envelopes que o total excedia a um bilhão e oitocentos milhões de cruzeiros. Que como só dispunha de quinhentos e oitenta milhões de cruzeiros determinou fosse feito um corte adequado a concorrência a estes valores. Que aí recebeu em seu gabinete a visita do Deputado Felinto que trazia a notícia, segundo ele, da Casa Civil de que era para manter o relatório de compra de todos os bens constantes da concorrência sem cortes. Que o declarante argumentou que isso era impossível uma vez que só possuía quinhentos e oitenta milhões para suportar esta compra, isto é, um terço do valor da concorrência, aproximadamente. Que manteve um diálogo ríspido com o Deputado porque este insistia nesta alteração. Que o Deputado ligou do gabinete do declarante para a Bahia, mais precisamente para Porto Seguro para falar com o governador não o encontrando. Que em seguida, o Deputado fez uma nova ligação, agora para a cidade de Guaratuba no litoral Paranaense onde contactou o Dr. Wagner Pacheco. Que o declarante após encerrar o diálogo com o Dr. Wagner pegou o telefone para constar se realmente a outra pessoa no telefone era mesmo o Dr. Wagner, iniciando de lá diálogo com uma brincadeira: o Dr. Wagner, está salgando um pouco, tendo este respondido alguma coisa o que tornou possível ao declarante confirmar que quem se encontrava na linha era realmente o Doutor Wagner Pacheco. Que após estes telefonemas na continuidade, o Deputado continuou a insistir junto ao declarante para que o relatório fosse alterado por um e contemplasse todos os bens objeto da concorrência, o que, em certa altura, o declarante disse: "não vou fazer, o Secretário sou eu e eu é quem decido". Que passado este episódio alguns dias após estando o declarante em viagem na cidade de Maringá, foi contactado pelo seu assessor Senhor Flores que dizia estar com o Deputado Felinto na sala e que este trazia de volta os processos de concorrência de n° 004 e n° 005/90 dizendo que tinha ordem do Governador e que era para refazer o relatório abrangendo todos os itens da concorrência, em substituição àquele que fora feito com instrução do declarante adequado

ao gráfico orçamentário de quinhentos e oitenta milhões de cruzeiros. Que o declarante por telefone disse ao seu assessor que se esta ordem tinha vindo do Palácio que assim fosse feito pois, certamente teriam encontrado uma forma de suplementar os recursos faltantes para consumação da compra. Que a partir daquele momento o declarante considerou o processo de concorrência n° 004 e n° 005/90 fora da sua responsabilidade uma vez que o Deputado se apresentava muito senhor da situação, conduzindo de forma contrária as determinações do declarante. Que nesse meio tempo, foi alertado ou melhor, aconselhado por ela, chefe do GPC Sra.Vera, a anular estes processos, porque embora dispusessem de gráfico orçamentário no valor de quinhentos e oitenta milhões, os recursos oriundos da fonte 81 convênio SUDS não haviam sido repassados pelo Ministério da Previdência. Que o próximo contacto que o declarante veio a ter no que pertence aos processos de concorrência n° 004 e n° 005/90, foi quando o Senhor Governador decidiu..." Aqui falo por conta, quando o Senhor Governador apareceu e até decidiu anular, ao lado justamente do Senhor Wagner Pacheco e ao lado do então Deputado Felinto, que estavam colocando como se surpresos com as declarações.

"...Que a título de informação e só para demonstrar que há muito tempo já estava propenso à anulação destas concorrências, se lembra de ter um rápido comentário dito ao Senhor Governador que o preço de um vídeo-cassete corrente na praça, em torno de 70 ou 80 mil cruzeiros, estava ali cotado por 350 mil cruzeiros, não fazendo a anulação porque o Senhor Deputado assumiu a condução do processo, retirando do declarante qualquer outra alternativa, uma vez que em todas as suas incursões utilizava-se do argumento de que tudo fazia em nome do Governador e do Chefe da Casa Civil."

Senhores Deputados, poderíamos ler um romance policial para constatar tudo o que se é relatado. Após a suspensão deste processo, passamos Vossas Excelências, que a empresa Sainel entra na Justiça com um Mandato de Segurança, com um pedido de liminar no dia 29 de janeiro de 91 e o Desembargador Carlos Raitani dá a liminar na data de 05 de fevereiro de 1991.

Pois a Sainel, apesar de estar sendo processada no Tribunal de Justiça, apesar de estar uma sindicância aberta, consegue assim mesmo uma liminar.

Existem algumas acusações que, à data de homologação, que consta neste relatório, de 28 de dezembro, está rasurada, uma vez que a homologação se deu no dia 04 de janeiro.

Queremos lembrar, é papel nosso de De-

putado andar com processo de licitação de Secretaria a Secretaria, de Palácio a Casa Civil? Cabe a nós, Deputados, participarmos de licitação freqüentando a Secretaria de Saúde e a Comissão de Licitação em pleno domingo de 23 de dezembro, conforme ele assinou a entrada naquela Secretaria, e tenho um xerox do protocolo de entrada. E mais: além de o Senhor Deputado andar para cima e para baixo com esses processos, quem acompanhava e às vezes levava esses processos, era o seu irmão Paulo Felinto. Será que o irmão do Deputado tem esse poder de andar com processo de licitação dentro da Secretaria de Saúde, levando para a Casa Civil, levando para Governador assinar no seu descanso de praia?

Senhores Deputados, aquelas punições que disse que teve, afastamentos, aquilo não representa nada.

Para clarear isto, solicitamos hoje, queremos, pedimos e desejamos a assinatura dos Senhores Deputados, infelizmente, mas para mais uma CPI da Saúde na Secretaria Estadual de Saúde.

A Central Única dos Trabalhadores - CUT, acionou o Ministério Público na data de ontem, ou anteontem, justamente para poder ver clareado. Estamos vendo aqui inúmeros setores da Secretaria da Saúde reivindicando reposição salarial, enquanto os desvios que indicam estes papéis (exibe os papéis), eles indicam, passam de um bilhão de cruzeiros.

A defasagem salarial dos companheiros servidores públicos da Saúde é de cerca de 570% em relação ao IPC, do IBGE, fonte oficial do Governo Federal. Não estou citando as fontes em que se pode dizer: é o sindicato, são vocês manobrando..., não! É do IPC do IBGE.

Um médico da Secretaria de Saúde, por 20 horas semanais, percebe Cr\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil cruzeiros). Se trabalhar 8 horas - carga horária máxima permitida pela Legislação - ganha Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros). Quem consegue viver com Cr\$ 50.000,00?!

Um sanitarista, 8 horas por dia, tem um salário de Cr\$ 81.000,00 (oitenta e um mil cruzeiros); nível universitário, com 8 horas, cerca de Cr\$ 47.000,00 (quarenta e sete mil cruzeiros).

A população paranaense continua doente. As epidemias existem, o dengue está beirando. A epidemia de meningite não acabou, existe censura, ela está sob censura. E mais: quando existe um caso de meningite, a Secretaria não tem antibióticos para a doença não expandir; mas, no entanto, tem dinheiro para ficar comprando vídeo-cassetes por um superpreço.

Diz que a Secretaria que os casos de tuberculose diminuíram no Paraná, quando nem medicamentos tem para atender aos

doentes.

Ontem, milhares e milhares de doses de vacina foram jogadas fora por irresponsabilidade da direção da Fundação de Saúde que desliga a luz dos prédios e não comunica ao setor responsável, sendo desligado o setor de refrigeração daquela Secretaria.

(É-lhe tirado o som)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo mais um minuto para Vossa Excelência proferir o seu discurso.

O SR. FLORISVALDO FIER - Requeiro o Horário da Liderança do meu partido.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Perfeito. Prossegue com o Horário da Liderança.

O SR. FLORISVALDO FIER - No entanto, o Senhor Governador que diz que prega a verdade, que quer a verdade, esta verdade está obscura. Quem vai à televisão para fazer propaganda, não mostra a realidade paranaense. Todos os Centros de Saúde, todos os hospitais estão sucateados. Todo o setor de saúde está sendo destruído. E a Secretaria de Saúde investe, via dinheiro que vem do Ministério da Previdência Social e do Ministério da Saúde, a maior parte do seu orçamento no setor privado. Portanto, nós do Partido dos Trabalhadores, que neste momento nos colocamos contra este tipo de irregularidade, nos colocamos ao lado dos trabalhadores e servidores daquela Secretaria, e nos solidarizamos. E queremos dizer a estes servidores que hoje, se eles entrarem em greve, terão todo o apoio, irrestrito, do Partido dos Trabalhadores. E o Governo do Estado não tem a moral e não terá a honestidade de dizer que isto é injusto, que isto é o trabalhador, novamente, querendo atender mal a população, que isto são um "bando de marajás", que ganham muito bem.

Eu queria que o Senhor Governador vivesse com este salário. Eu queria que o Senhor Governador vivesse com este salário, cortando como ele tem cortado, o vale-transporte, tem cortado o vale-alimentação, que é, dá para se dizer, na atual situação, esmola que o Senhor Governador está colocando. E estes trabalhadores não podem viver de esmolas.

Nós queremos e cobramos que sejam esclarecidas estas denúncias que aqui nós trazemos. Que sejam, realmente, punidos os responsáveis. E não como sempre se faz, quando se pune um mero servidor, quando se pune um mero membro da comissão, quando geralmente são estes os mais honestos, estes são os coerentes, estão são os técnicos competentes e que entram por concur-

so público! Enquanto que quem faz a falcatura é quem está por traz e que está lá, ocupando o cargo e que nunca fez concurso público na sua vida, porque entra Governo, sai Governo, os diretores daquela Fundação, geralmente rodam na mesma "panelinha", sendo um amigo do outro! E se não é da mesma "panelinha", é do mesmo setor, da elite, da classe dominante, que domina o nosso Estado! A elite política que há séculos massacra a classe trabalhadora paranaense! É esta elite que domina o aparelho do Estado do Paraná! É esta a elite que nós, do Partido dos Trabalhadores, vamos combater!

E assim como alguns Deputados convidam para fazer bloco de apoio a isso ou aquilo, nós convidamos para um bloco: o bloco em defesa da classe trabalhadora! É esta que é massacrada! É esta que quando há falcaturas, é punida, sendo demitida. É essa que quando o trabalhador vai ao Centro de Saúde porque está doente, e às vezes não é bem atendido, porque o Estado não dá condição para que os servidores atendam bem.

Aí o Estado vai e pune o servidor dizendo que houve erro médico, que houve erro de enfermagem, que houve erro do técnico, mas não vê que, se houve esse erro, é porque por trás não houve condições de trabalho. E o Estado, a Fundação, a Secretaria de Saúde, não têm dado estas condições aos trabalhadores da saúde nem aos trabalhadores da educação. E, como denúncia que foi feita aqui, nem para os trabalhadores do setor de segurança, e acredito que nenhum trabalhador está tendo isso.

Portanto, entramos com este requerimento e queremos apoio de todos os Srs. Deputados, para averiguar. E o nosso apoio à classe trabalhadora e aos trabalhadores da Secretaria de Saúde.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - As Lideranças do PL, PTB e PFL, declinaram.

Concedo a palavra à Liderança do PDT, Deputado Geraldo Cartário.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Sr. Presidente e nobres Deputados.

Ao estreitar esta tribuna, faço-o sensibilizado, porque passo a integrar um dos Poderes, onde o povo mais busca soluções. E a prova disso, Sr. Presidente, são os nossos companheiros, trabalhadores da área da saúde do Paraná, que na sua maior aflição buscam esta Casa de Leis para aqui obter o apoio que necessitam e precisam, para poderem condignamente viver em paz, eles e suas famílias.

Sr. Presidente, ao depararmos aqui com os companheiros da Secretaria de Saúde, eu queria prestar uma homenagem a pessoa fa-

lecida, uma homenagem póstuma, ao ilustre ex-Deputado do Paraná, ex-Secretário da Saúde, Dr. Arnaldo Faivro Busato. O Paraná sabe o sacrifício que Busato empreendeu à frente da Secretaria de Saúde, levando a todos os municípios do Estado, Postos de Saúde.

E já naquele tempo, a preocupação de Arnaldo Busato era tão grande com a saúde, que lá na sua Secretaria, começou a funcionar, pela vez primeira no Estado, o laboratório, uma fábrica de medicamentos. E hoje nós sentimos nesses poucos dias que aqui estamos na Assembléia Legislativa, de que pessoas de diversos municípios, bairros de Curitiba, nos procuram, um buscando e reivindicando um óculos, outro uma dentadura, outro uma cadeira de rodas, outro um medicamento e nós ficamos pensando: "Esse não é o Paraná pujante, com suas terras que produzem e se transformam no celeiro desse País." E hoje nós, deparamos uma vez mais, que não só os doentes buscam soluções aqui na Assembléia, mas para tristeza nossa, para a tristeza de nosso Partido Democrático Trabalhista, quando aqui recebemos companheiros que não podem mais suportar o tão minguado salário que recebem, para fazer frente às suas necessidades.

A culpa, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não é só do Governo do Estado, porque na campanha passada, de Presidente da República, nós sentíamos e analisávamos o programa de cada um dos seus candidatos, e nós temos saudades do programa de cada um dos seus candidatos, e nós temos saudades do programa de Leonel Brizola, temos uma saudade e uma tristeza profunda quando o povo não entendeu a mensagem do nosso líder maior, Leonel Brizola, e não o elegeu Presidente da República.

Estou certo que no setor de saúde, demonstrado pelo seu governo do Rio Grande do Sul e pelo seu governo do Rio de Janeiro, e também o setor de educação, se Brizola tivesse sido eleito Presidente deste País, certamente que os companheiros da saúde aqui não estariam hoje, porque haveriam, já no início do seu programa de governo, haveria de alocar recursos aos Estados para que pudessem fazer frente às necessidades de todos os setores da comunidade.

Por isso, com os poucos recursos que o Paraná tem, porque a maior parte deles estão sendo seguros lá em Brasília, e ainda se fala, meus prezados companheiros Deputados, em Governo paralelo, que vergonha se falar em Governo paralelo, quando na verdade o funcionário público quer sim ter o direito assegurado por uma lei estadual, lei federal de que ninguém poderá ganhar mais do que um cem vezes mais do que ganha menos. O que nós precisamos é de crité-

rios, por isso eu faço um apelo aqui aos ilustres Deputados, ao Sr. Presidente, que no orçamento do próximo ano, haja uma Comissão trabalhando dia e noite se for preciso, mas que se aloque ali recursos no orçamento, para que a Secretaria da Saúde não passe a ter os seus funcionários hoje aqui na Assembléia por falta de recursos para ter o seu aumento de salários.

Nós precisamos, e é um desafio, com todo o respeito aos Deputados que se reelegeram, ao Deputado Anibal Khury, grande figura da política do Paraná e ao grande Deputado Erondy Silvério, os mais decanos desta Casa; mas nos dêem a oportunidade, estou certo que será dada, para que a gente possa de vez por todas mostrar ao Brasil que o Paraná não é Etiópia, onde o povo fica beijando a mão para conseguir uma cadeira de rodas, uma dentadura, um óculos, e que os nossos funcionários públicos da saúde vivam honradamente sem perder esses dias, porque quem está perdendo não somos nós, mas quantos a essa hora buscam os nossos companheiros de saúde nas suas repartições e não os encontram, não por culpa deles, mas por culpa do Governo do Estado, culpa do Governo Federal, inclusive culpa do próprio Poder Legislativo do Estado que não está acordando ou se vai acordar é muito tarde, porque nós temos que fazer frente a todos os que trabalham, para que tenham o direito de viver em paz.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PRN, com a palavra.

Declina.

PSDB, PMDB, PSD.

Todos declinam.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Srs. Deputados.

A Mesa comunica ao Plenário que mantendo tradição desta Casa após a sessão oficial, dará a palavra aos membros do Sindicato dos Servidores da Saúde do Paraná, que deverão usar o microfone desta Casa.

Anuncio também a composição das Comissões, fazendo ver ao Plenário os membros da Comissão de Constituição e Justiça, que o Sr. Deputado Erondy Silvério marcou para segunda-feira, às 14:00 horas, a instalação da Comissão de Constituição e Justiça.

Sobre a mesa, Ofício n° 03, subscrito pelo Sr. Deputado Paulo Maia, constante do expediente, solicitando nos termos regimentais a questão de ordem levantada em Plenário pelo representante do Partido Socialista Brasileiro. À Comissão Executiva, para emitir Parecer.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Geraldo Cartário, na qualidade de Líder do PDT, constante do expediente, indicando o nome do Sr. Deputado como titular das referidas Comissões Permanentes desta Casa. - À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Hermas Brandão, na qualidade de Líder do PSDB, constante do expediente, indicando o nome dos Srs. Deputados que irão compor as Comissões Permanentes desta Casa. - À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Srs. Deputados Ademar Traiano, Arlindo Troian, Domingos Carvalho e demais Srs. Deputados, constante do expediente, indicando o nome do Sr. Deputado para exercer a função de Líder do P.R.N. - À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Valdir Rossoni, na qualidade de Líder do PRN, constante do expediente, indicando o nome dos Srs. Deputados que irão compor as Comissões Permanentes desta Casa. - À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Antônio Costenaro Neto, na qualidade de Líder do PFL, constante do expediente, indicando o nome dos Srs. Deputados que irão compor as Comissões Permanentes desta Casa. - À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró, devidamente apoiado, constante do expediente. - À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Requerimento de n° 042, de autoria dos Srs. Deputados Ernani Pudell e Florisvaldo Fier, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legisla-

tiva.

Requerimento de n° 038, de autoria dos Srs. Deputados Ernani Pudell, Florisvaldo Fier e Ovídio Constantino, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 097, de autoria do Sr. Deputado Mário Bezerra, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 099, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 100, de autoria do Sr. Deputado Elio Rusch, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 103 a 110, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 111, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Aprovado.

Reitero, mais uma vez, que às 14:00 horas de segunda-feira haverá eleição da Comissão de Justiça.

A sessão está encerrada, convocando outra para segunda-feira, no horário regimental.

Os Deputados que quiserem ouvir a explanação do Sindicato dos Servidores da Saúde do Paraná, nós vamos conceder a palavra à representação do Sindicato, em reunião informal.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 25, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Instalação das Comissões Técnicas.

Levanta-se a sessão.